

A GESTÃO DA ÁGUA

Hypérides Pereira de Macedo¹

¹ IBI ENGENHARIA CONSULTIVA

A água é o principal elemento do equilíbrio da natureza. Como um bem público, a água deve ser protegida pelo Estado, preservada pelo homem e administrada democraticamente pela sociedade com disciplina e garantia necessárias para conservação da própria vida na terra. É de fundamental importância a organização dos segmentos sociais ou institucionais, individuais ou coletivos, privados ou públicos, que vivem, utilizam ou produzem, tendo como fonte a oferta hídrica. Quando o Código de Águas foi editado, em julho de 1934, a compreensão da sua definição e da sua conseqüente concepção conceitual ainda estava inteiramente voltada para os setores da navegação fluvial e da energia hidráulica, a política de açudagem e de combater às secas ainda refletia um visão emergencial e os efeitos calamidades climáticas. No art. 5º da Constituição de 1967, pela redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional de 1969, pertinente aos negócios dos Estados-Membros, era pacífica a assertiva de que se incluíam entre os bens dos Estados e Territórios “os lagos em terrenos de seu domínio, bem como os rios que neles têm nascente e foz”, assim como as ilhas fluviais e lacustres. Na Constituição de 1988 o trato do assunto adquiriu uma nova expressão, pois já agora os Estados podem arrolar entre os seus bens “as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes ou em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União”. Ditados estes argumentos, impede que se conheça como a discriminação da matéria se projeta no texto da nova Constituição Federal. Ali se pode vê, respectivamente, a existência de uma competência da União para organizar serviços e exercer atribuições próprias do seu interesse (art. 21), uma competência privativa da União para exercer a iniciativa das atividades legislativas, pertinentes, inclusive, à disciplina das águas (art. 22), uma competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para implementação da sua política administrativa (art. 23) e, por último, uma competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para o exercício da sua competência legislativa (art. 24). A Lei nº 9.433, de 08 de Janeiro de 1997, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Referida lei traz em seu conteúdo os seguintes princípios: a) da adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento; b) dos usos múltiplos da água; c) o reconhecimento da água como um bem finito e vulnerável; d) do reconhecimento do valor econômico da água; e, e) gestão descentralizada e participativa. Para consecução destes princípios, o citado diploma legal estabeleceu cinco instrumentos indispensáveis à gestão do uso da água, a saber: a) o Plano Nacional de Recursos Hídricos; b) a outorga do direito de uso dos recursos hídricos; c) a cobrança pelo uso da água; d) o enquadramento dos corpos d’água em classe de uso preponderante; e, e) o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. A Lei estabeleceu, também, um novo modelo de organização para a gestão da água, com base nos seguintes organismos: a) o Conselho Nacional de Recursos Hídricos; b) os Comitês de Bacias Hidrográficas; c) as Agências de Águas; d) as Organizações Cíveis de Recursos Hídricos. Editada em 2002, a Lei nº 9.984 criou a Agência Nacional de Águas – ANA, mas trouxe também importantes dispositivos com relação ao outorga de direito de uso da água, que necessitarão ser considerados na elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Piauí.